

Economia Informal: Um Estudo Exploratório da Região Sudeste do Brasil

Giulianna Lisboa Perrota (UFF) – giuliannaperrota@gmail.com
Eduardo de Sá Fortes Leitão Rodrigues (UFRRJ) – edsafortes@ufrj.br

Resumo: A informalidade tem um impacto significativo na economia e na sociedade, e está intimamente ligada a questões legais e trabalhistas, como direitos dos trabalhadores, evasão fiscal e regulamentação do mercado de trabalho. Em um contexto global, a informalidade também pode ter implicações para o desenvolvimento sustentável. No contexto da Região Sudeste, a situação é particularmente complexa devido à diversidade econômica e social dos estados que a compõem. A economia informal afeta diretamente o PIB nacional, especialistas têm opiniões divergentes sobre sua real situação: alguns veem-na como a única opção de renda para parte da população, enquanto outros acreditam que fortalece organizações criminosas e prejudica o PIB. O problema da pesquisa é: Quais as características demográficas, setoriais e motivacionais dos trabalhadores informais da região sudeste do Brasil? Além de examinar suas práticas de gestão financeira e avaliar os impactos sociais e econômicos da informalidade em suas vidas.

Palavras-Chave: Informalidade; Formalidade; Impacto Econômico, Região Sudeste do Brasil.

1. Introdução

Este trabalho aborda a informalidade, tema atual e relevante na economia como um todo. A informalidade no setor econômico se refere a atividades comerciais, trabalhistas ou financeiras que ocorrem fora das regulamentações e das obrigações legais do governo. Isso inclui trabalhadores que não têm contratos formais, empresas que não estão registradas oficialmente, e transações que não são declaradas para fins fiscais.

Estudiosos como Hart (1973) e Harris e Todaro (1970) enfatizam que a informalidade está ligada às atividades econômicas que ocorrem fora do âmbito regulamentado pelo governo, muitas vezes devido à falta de oportunidades formais de emprego ou devido a barreiras de entrada excessivas para o setor formal.

A informalidade tem um impacto significativo na economia e na sociedade. Explorar suas causas e consequências pode ajudar a compreender melhor os desafios enfrentados pelos trabalhadores e empresas informais, bem como suas implicações para o crescimento econômico, a distribuição de renda e a pobreza. Além disso, está intimamente ligada a questões legais e trabalhistas, como direitos dos trabalhadores, evasão fiscal e regulamentação do mercado de trabalho. Em um contexto global, a informalidade também pode ter implicações para o desenvolvimento sustentável. Compreender como a informalidade afeta questões como o meio ambiente, a desigualdade de gênero e o acesso a serviços básicos pode ajudar a formar políticas mais holísticas e inclusivas.

2. Fundamentação teórica

Pesquisadores que tentam analisar e mensurar a economia informal deparam-se inicialmente com a dificuldade de sua definição. Para Smith (1994, p. 25) a economia informal consiste na “(...) produção de bens e serviços baseados no mercado, legal ou ilegal, que escapa da detecção das estimativas oficiais do Produto Interno Bruto”. Outros, como Schneider (1994, p. 85) a define como: “(...) toda atividade que contribui para o cálculo oficial ou observado do Produto Interno Bruto, mas não são correntemente registradas”. Schneider; Enste (2000, p. 74) a definem como: “(...) toda atividade que geralmente seria tributada se fosse reportada às autoridades tributárias”. E finalmente, Soto (1989, p. 89) a define como: “(...) um conjunto de unidades econômicas que não cumprem as obrigações impostas pelo Estado, no que se refere aos tributos e regulação”.

Sabe-se que a economia informal constitui prática comum em países subdesenvolvidos e emergentes. Seu desenvolvimento decorre em consequência do desemprego estrutural, da carga tributária, bem como da burocracia para atuar legalmente. Por outro lado, os consumidores, são atraídos pelos baixos preços praticados por esse mercado informal.

Para uma análise mais específica, neste estudo enfatiza-se uma investigação histórica da região sudeste do Brasil, permitindo uma melhor visualização e posição crítica quanto ao tema. Embora alguns estados da região sudeste apresentem um aumento da informalidade, com taxas que virariam entre 31,2% e 38% nos últimos cinco anos, os estados que a compõem não estão entre os líderes nacionais nesse aspecto, como mostra a tabela abaixo. No entanto, é crucial adotar medidas preventivas para evitar que a região sudeste não alcance e eleve seu percentual de

informalidade em relação ao cenário nacional. Em vez disso, deve-se buscar destacar-se pela formalidade.

Tabela 1: Proporção de ocupados informais (%) por UF

Brasil e Unidade da Federação	4º trimestre 2019	1º trimestre 2020	2º trimestre 2022	3º trimestre 2022	4º trimestre 2022	1º trimestre 2023	2º trimestre 2023	3º trimestre 2023	4º trimestre 2023
Maranhão	60,7	61,2	59,4	59,1	57,4	56,5	57	57,3	57,8
Pará	62,3	61,1	61,8	60,5	60,8	59,6	58,7	57,1	57,4
Amazonas	58,3	59,1	57,7	57,1	57	57,2	56,8	55	54,6
Piauí	59,1	58,7	56,1	54,5	54	52,5	52,2	55	53,4
Ceará	54,5	53,4	52,8	52,2	53,3	52,7	52,5	54	53
Bahia	54,7	52,7	53,1	53,3	52,2	53,7	52,7	52,1	52,1
Sergipe	53,3	51,8	52	51,4	50,8	51	51	52,7	51,9
Paraíba	52,2	51,3	52,2	50,7	50,9	50	49,3	49,7	50,8
Pernambuco	49,9	48,5	52,9	50,6	48,4	48,9	48,1	49,1	50,7
Alagoas	46,1	47,3	45,2	46,9	44,7	45,4	46,3	46,3	46,2
Roraima	47,7	45,8	47,9	48,5	48,8	48,1	45,1	44,3	46
Rondônia	47	47,6	50,4	47,8	48,9	48,2	48,8	45,3	44,5
Acre	49	51,6	48,2	46,6	46,3	45,1	44,7	44,7	44,4
Tocantins	46,3	43,7	41,7	43,6	43,8	45,3	44,6	45,6	43,9
Rio Grande do Norte	48	44,8	46,3	43,9	44,6	45,9	44,1	44,3	42,2
Amapá	56,2	53,4	51,4	48,8	48,7	46,6	46,1	43,4	40,1
Brasil	40,6	39,5	40	39,4	38,8	39	39,2	39,1	39,1
Rio de Janeiro	37,9	37,1	36,5	38	36,8	36,5	37,2	37,7	38
Espírito Santo	40	41,1	40,1	38	37,9	38,7	38,3	38,7	37,6
Minas Gerais	39,5	37,5	38,7	37,8	36	37,1	37	36,7	37,5
Goiás	40,6	39,8	39,5	38,8	36,7	37,2	37,4	37,4	37,2
Mato Grosso	39,5	38,9	37,2	36,3	35,1	35,7	35	35,8	36,5
Mato Grosso do Sul	38,4	38,4	34,3	33,7	32,7	34,3	34,1	31,9	33,1
Rio Grande do Sul	33,3	32,2	32,8	31,5	31,7	32	32,4	31,5	32,1
Paraná	32,9	31,5	32,2	32,2	31	31,7	31,9	32,1	31,5
São Paulo	31,1	30,2	31,1	30,6	30,5	30,6	31,6	31,3	31,2
Distrito Federal	29,5	29,7	31,2	29,8	29,7	30,3	31,2	30,6	30,4
Santa Catarina	26,8	25,8	27,2	25,9	25,9	26,1	26,6	26,8	27,6

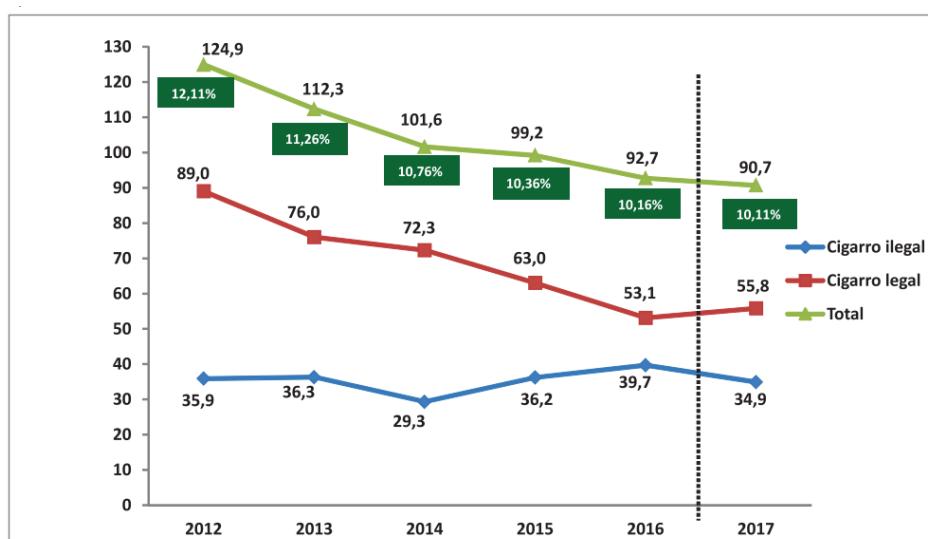
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Nas ruas pode-se verificar a presença de pessoas vendendo diversos produtos, conhecidas popularmente como “camelôs”, sendo esta concepção a mais comum no que tange à economia informal. Contudo, sua abrangência é maior, caracterizada por constituir-se em um conjunto de

atividades econômicas desenvolvidas sem o devido registro oficial, como assinatura da carteira de trabalho, emissão de notas fiscais e contrato social de empresa.

No Brasil, a estimativa, de acordo com dados do IBGE (2017) é de que 62% dos cigarros consumidos seja contrabandeados, produzem-se por mês 500 (quinhetas) mil peças de roupas falsificadas e cerca de 50% dos programas de computador vendidos também sejam falsificados. Além dessa produção de produtos adulterados, o país é grande receptor de produtos falsificados de outros países, como China, Cingapura, Malásia e Paraguai.

Figura 1: Estimativa de consumo de cigarros Ilícitos no Brasil



Fonte: Ministério da Saúde – Vigitel 2017 e Estimativa de Consumo de Cigarros Ilícitos no Brasil

A economia informal afeta diretamente o PIB nacional, pois a maioria das mercadorias é produzida e vendida sem o pagamento de impostos. Especialistas têm opiniões divergentes sobre sua real situação: alguns veem-na como a única opção de renda para parte da população, enquanto outros acreditam que fortalece organizações criminosas e prejudica o PIB. O crescimento da informalidade em países subdesenvolvidos é atribuído à alta carga tributária, regulação econômica, desemprego e inflação descontrolada. A OIT destacou o setor informal como um fenômeno urbano moderno em países subdesenvolvidos, com diferentes opiniões sobre como integrá-lo à economia formal ou expandir as políticas de proteção social.

3. Método de pesquisa

Para a investigação, foram utilizados os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativos ao PIB, à taxa de informalidade e à distribuição por grau de instrução na região Sudeste do Brasil no período de 2016 a 2023. A análise estatística foi realizada utilizando o software STATA, reconhecido por sua eficácia na análise de dados complexos e o modelo estatístico sobre dados em painel, também conhecido como modelo de painel ou modelo longitudinal, é uma estrutura analítica que permite analisar dados que consistem em

observações ao longo do tempo (longitudinal) e em diferentes entidades ou unidades individuais (painel), foram empregados: o modelo randômico (RE) e o modelo de efeitos fixos (FE). A informalidade no mercado de trabalho é uma questão crucial para entender a dinâmica socioeconômica de uma região, enquanto o PIB reflete a atividade econômica como um todo. Essa análise pode fornecer insights valiosos para formuladores de políticas e acadêmicos interessados no desenvolvimento regional.

3.1. Análise de resultados

Tabela 2: Estatística Descritiva

Variable	Obs	Média	Desvio Padrão	Min	Max
Inform	28	2903.536	2792.172	46	8595
Instr_Sem	20	483.35	295.2708	99	1130
Instr_Med	20	15244.55	11861	2366	38084
Instr_Sup	20	9619.6	8260.495	1191	27157
PIB	32	9898338	712892.8	9179144	1.12E+07

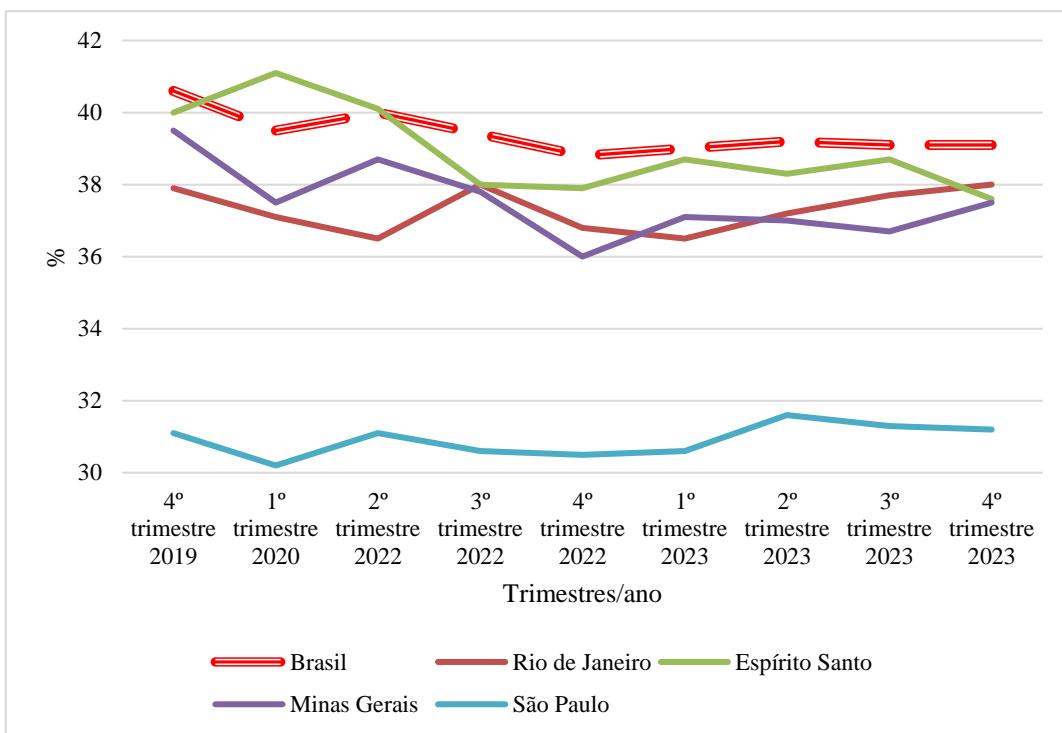
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Tabela 3: Coeficiente de Correlação

Variable	Inform	Instr_Sem	Instr_Med	Instr_Sup	PIB
Inform	1				
Instr_Sem	0.8849	1			
Instr_Med	0.9309	0.9627	1		
Instr_Sup	0.9468	0.9506	0.9936	1	
PIB	0.0694	0.0888	0.0839	0.1406	1

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Antes de iniciar a análise econométrica e a investigação de causalidade, é apresentado o diagrama a seguir que ilustra a dinâmica da informalidade na região sudeste do Brasil, objeto de estudo deste trabalho. Conforme observado, com exceção do primeiro trimestre, a taxa de informalidade no Brasil é consistentemente mais elevada em comparação com os números registrados na região mencionada. Esse padrão pode ser atribuído a diversos fatores, notadamente à hipótese de que o crescimento da atividade econômica desempenha um papel crucial na redução dos níveis de informalidade, indicando a relevância de políticas públicas anticíclicas voltadas para este fim.

Figura 2: Proporção de ocupados informais (%). Brasil e Região Sudeste.


Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

A Figura 2 indica que tal hipótese não pode ser rejeitada, dado o substancial peso relativo do Produto Interno Bruto (PIB) dessa região brasileira, com particular destaque para o estado de São Paulo. Portanto, a próxima seção explorará diversas variáveis explicativas para determinar se a hipótese de estímulo econômico pode ser corroborada como um agente redutor da informalidade.

3.2. Modelos Econométricos

Na análise econométrica deste estudo, foram empregados modelos em painel para investigar a relação entre o crescimento econômico e a informalidade na região sudeste do Brasil. Dois modelos foram considerados: o modelo de efeitos aleatórios ou randômicos (RE) e o modelo de efeitos fixos (FE).

O modelo de efeitos aleatórios incorpora tanto variações individuais não observadas quanto variações temporais não observadas entre as unidades de análise (nesse caso, os estados da região sudeste). Esse modelo pressupõe que os efeitos individuais aleatórios não estão correlacionados com as variáveis explicativas. Por outro lado, o modelo de efeitos fixos controla especificamente por efeitos individuais constantes ao longo do tempo para cada unidade (estado), capturando assim todas as diferenças não observadas que são constantes ao longo do tempo para cada estado da região sudeste.

A escolha entre esses modelos depende da estrutura dos dados e das suposições sobre os efeitos individuais. A utilização de ambos os modelos permite uma análise mais robusta e uma *melhor*

compreensão dos fatores que influenciam a informalidade na região, levando em consideração tanto variações individuais como variações ao longo do tempo nos estados estudados. Neste sentido, utilizamos o teste Breusch and Pagan (B&P) para verificar qual o modelo mais apropriado. Na sequência, são apresentados os resultados dos dois modelos, bem como o teste de seleção B&P.

Figura 3: Modelo Randômico (RE)

Random-effects GLS regression	Number of obs	=	20		
Group variable: Id	Number of groups	=	4		
R-sq:			Obs per group:		
within = 0.8185	min =	5			
between = 0.9050	avg =	5.0			
overall = 0.9032	max =	5			
			Wald chi2(3) = 77.50		
corr(u_i, X) = 0 (assumed)	Prob > chi2	=	0.0000		
Inform	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]
PIB	-.0002501	.0000955	-2.62	0.009	-.0004372 -.0000629
Instr_Sem	-2.544444	.6919569	-3.68	0.000	-3.900655 -1.188233
Instr_Sup	.401885	.0536469	7.49	0.000	.296739 .5070311
_cons	3153.961	1057.373	2.98	0.003	1081.547 5226.375
sigma_u	1744.3004				
sigma_e	211.41986				
rho	.98552178	(fraction of variance due to u_i)			

Fonte: Elaboração Própria. Software STATA.

Figura 4: Modelo Efeitos Fixos (FE)

```

Fixed-effects (within) regression
Number of obs      =       20
Group variable: Id
Number of groups   =        4

R-sq:
within  =  0.8186
between =  0.9049
overall =  0.9030

Obs per group:
min =          5
avg =         5.0
max =          5

F(3,13)           =     19.56
corr(u_i, Xb)  =  0.2921
Prob > F        =  0.0000


```

Inform	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
PIB	-.0002384	.0001101	-2.17	0.050	-.0004761 -5.86e-07
Instr_Sem	-2.550655	.7384815	-3.45	0.004	-4.146047 -.9552626
Instr_Sup	.3943179	.0634206	6.22	0.000	.2573061 .5313297
_cons	3115.911	727.2581	4.28	0.001	1544.766 4687.057
sigma_u	1062.3801				
sigma_e	211.41986				
rho	.96190535				(fraction of variance due to u_i)

F test that all u_i=0: F(3, 13) = 114.41 Prob > F = 0.0000

Fonte: Elaboração Própria. Software STATA.

Por fim, a Figura 5 destaca o teste Breusch and Pagan (B&P). De acordo com o resultado, o modelo randômico (RE) é o mais adequado e verificamos que o modelo por efeitos fixos (FE), pois a estatística chibar2 é menor do que nível de significância (0.05).

Figura 5: Teste Breusch and Pagan (B&P)

```

Breusch and Pagan Lagrangian multiplier test for random effects

Inform[Id,t] = Xb + u[Id] + e[Id,t]

Estimated results:

```

	Var	sd = sqrt(Var)
Inform	8720908	2953.118
e	44698.36	211.4199
u	3042584	1744.3

```

Test: Var(u) = 0
chibar2(01) = 36.15
Prob > chibar2 = 0.0000

```

Fonte: Elaboração Própria. Software STATA.

4. Resultados

4.1. *O Aumento do PIB Reduz a Informalidade*

À luz das Figuras 3 e 4, percebemos que os modelos sugerem que um aumento do PIB está associado a uma redução na taxa de informalidade no mercado de trabalho. Isso é consistente com a teoria econômica, que postula que um crescimento econômico saudável cria mais oportunidades de empregos formais, reduzindo assim a necessidade de trabalho informal.

4.2. *O Aumento Daqueles Sem Instrução Reduz a Informalidade*

Os coeficientes encontrados demonstraram que o aumento daqueles sem instrução reduz a informalidade. Apesar de parecer paradoxal à primeira vista, durante a pandemia, ocorreram mudanças significativas no mercado de trabalho, especialmente em relação aos salários dos trabalhadores menos instruídos.

Como resultado, a informalidade nessa faixa de escolaridade diminuiu. Isso pode ser explicado pelo fato de que, com a crise econômica causada pela pandemia, muitos trabalhadores informais perderam seus empregos ou tiveram uma redução significativa em seus rendimentos. Como os trabalhadores menos instruídos geralmente ocupam empregos informais com salários baixos, a diminuição da informalidade entre eles pode estar relacionada à perda desses empregos informais ou à necessidade de buscar alternativas mais formais e estáveis para garantir uma renda mínima durante a crise. Portanto, mesmo que pareça contraditório à primeira vista, durante períodos de crise como a pandemia, pode ocorrer uma diminuição na informalidade entre os trabalhadores menos instruídos devido às mudanças nas condições do mercado de trabalho e nos salários dessa categoria.

4.3. *O Aumento Daqueles Com Mais Alta Escolaridade Aumenta a Informalidade*

Por fim, os achados indicaram para o período em questão que o aumento daqueles com mais alta escolaridade aumenta a informalidade. Este resultado ocorreu devido ao caminho inverso do item 3.2.2. Além disso, outros fatores podem contribuir para o aumento da informalidade entre os mais instruídos, como o descompasso entre a oferta e a demanda por empregos formais que correspondam ao nível de qualificação desses trabalhadores ou a saturação do mercado de trabalho em determinadas áreas ou setores específicos, o que pode dificultar a entrada ou progressão na carreira em empregos formais.

4.4. *Complexidade Tributária*

Para além dos achados dos modelos, é importante destacar que outros elementos podem explicar a informalidade. Neste sentido, o sistema tributário brasileiro é conhecido por sua complexidade, com uma variedade de impostos, taxas e contribuições. Para pequenos empreendedores, lidar com essa complexidade pode ser difícil e oneroso, incentivando a informalidade.

Em 1996, o Brasil implementou o Simples Nacional, visando reduzir encargos burocráticos e tributários para micro e pequenas empresas (MPEs) e promover formalização e geração de empregos. Em 2008, a Lei Complementar nº 128/2008 (LC) criou o Microempreendedor Individual (MEI), oferecendo incentivos para formalização, isenção de diversos tributos e contribuição previdenciária simplificada.

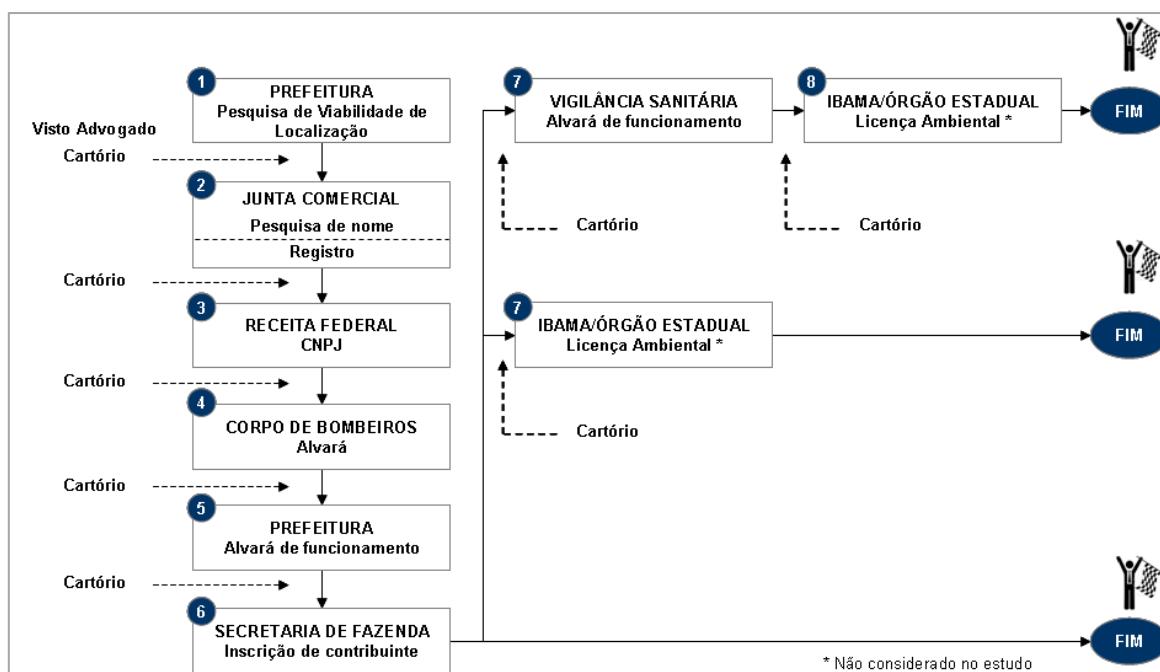
A LC entrou em vigor em julho de 2009 e os benefícios foram progressivamente implementados até fevereiro de 2010. O MEI integra o Simples Nacional sem custos burocráticos, mas deve ter receita bruta anual de até R\$ 81.000, média de R\$ 6.750,00 por mês. Essas mudanças influenciam a decisão dos pequenos empreendedores em se formalizarem, impactando suas escolhas ocupacionais.

Nesse contexto, pontuam Corseuil; Neri; Ulyssea (2013):

Dessa forma, a política do MEI reduziu significativamente os custos de tornar o negócio formal – obtenção de CNPJ – e de permanecer formal, uma vez que há também redução de tributos. Além disso, a política reduz substancialmente os custos de contribuir para a previdência, o que cria incentivos para que os microempreendedores também se formalizem na dimensão previdenciária. Com o MEI, essas duas margens de formalização passam a estar associadas, o que antes não ocorria. (CORSEUIL; NERI; ULYSSEA, 2013, p. 32).

Em uma pesquisa, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) verificou os procedimentos e custos para a abertura de empresas em todo o território nacional, identificando que a abertura de empresas envolve 12 (doze) órgãos nos âmbitos federal, estadual e municipal, que podem ser visualizados na Figura 6 abaixo:

Figura 6: Procedimentos para Abertura de Empresas no Brasil



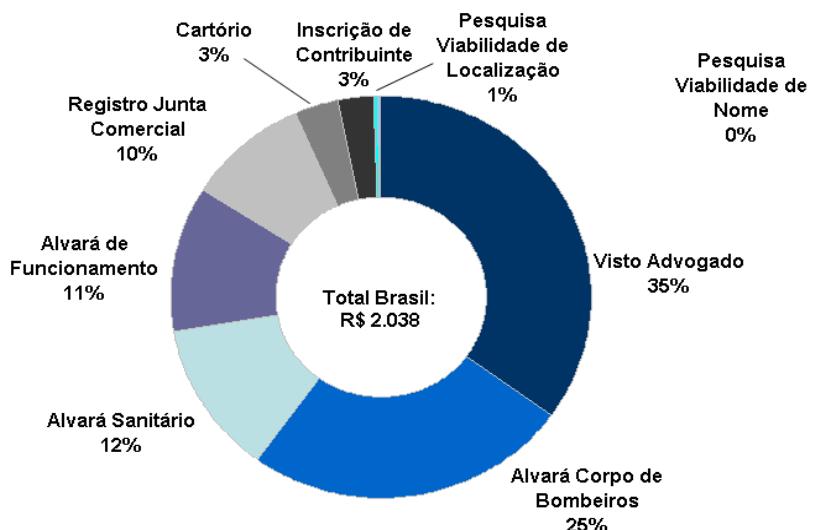
Fonte: FIRJAN (2010).

A pesquisa também apontou outros números relevantes referentes ao pagamento de impostos no Brasil, que absorve 2.600 horas da vida de uma empresa, contra 186 nos países da OCDE; e 67% do lucro, contra 42,7% na OCDE. Sinaliza também que no Brasil, uma empresa insolvente para ser encerrada, necessita de 4 anos, contra 1,7 nos países da OCDE; onerando em 12% o patrimônio da empresa, contra 9% na OCDE.

Por fim, a pesquisa aquilatou que para a abertura de um negócio próprio no Brasil necessita-se de 13 procedimentos, contra 5 na OCDE; demorando 120 dias contra 12 dias na OCDE.

Desses custos, o visto do advogado, bem como do Alvará do Corpo de Bombeiros equivalem a mais de 60%. Além disso, vale ressaltar o custo do Alvará Sanitário e do Alvará de Funcionamento, além do custo de registro da Junta Comercial. (Figura 7).

Figura 7: Formação do Custo de Abertura de Empresas no Brasil



Fonte: FIRJAN (2010).

Essa posição mostra que o Brasil ainda tem diversos pontos a serem revistos e aperfeiçoados visando a melhoria do cenário para os MEI.

5. Discussão

Para combater a informalidade, é crucial adotar medidas abrangentes. A desburocratização e simplificação tributária podem reduzir a carga e a complexidade enfrentadas pelos pequenos empreendedores, incentivando a formalização de negócios informais.

Considerando que a pandemia da COVID-19 pode ter sido um fator determinante para o aumento da informalidade na região, destaca-se que a preservação do meio ambiente é crucial para prevenir pandemias e reduzir o desemprego. A destruição de habitats naturais aumenta o contato entre humanos e animais selvagens, facilitando a transmissão de zoonoses, que são

doenças transmitidas de animais para humanos. Ao proteger os ecossistemas, diminuímos o risco de novas pandemias.

Além disso, a sustentabilidade ambiental promove a criação de empregos verdes. Setores como energias renováveis, agricultura sustentável e ecoturismo oferecem oportunidades de emprego, contribuindo para a redução do desemprego. Investir em práticas ecológicas não só protege a saúde pública, mas também impulsiona a economia, criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento sustentável.

Por fim, a criação de políticas públicas que incentivem a contratação formal, como subsídios para empresas que formalizem seus funcionários e reduções na carga tributária para novos empreendimentos formais, é essencial. Oferecer suporte técnico e financeiro aos pequenos negócios, incluindo acesso facilitado ao crédito, consultoria empresarial e assistência na conformidade com regulamentações, garante a sustentabilidade e o crescimento desses empreendimentos. Essas estratégias integradas promovem um ambiente econômico mais inclusivo e sustentável, beneficiando toda a sociedade.

6. Conclusões

A análise da informalidade na região Sudeste do Brasil revelou uma complexa teia de fatores que contribuem para a persistência e expansão desse fenômeno. Ao longo desta monografia, foram examinados os aspectos históricos, sociais e econômicos que moldam o mercado de trabalho informal nessa região. A informalidade, longe de ser um problema isolado, se mostrou intrinsecamente ligada a questões de saúde pública, como a pandemia do COVID-19, e questões estruturais, como desigualdade socioeconômica, falta de oportunidades de emprego formal, educação insuficiente e políticas públicas inadequadas.

Através da pesquisa, ficou evidente que o crescimento do PIB reduz a taxa de informalidade no mercado de trabalho, corroborando a teoria econômica de que um crescimento econômico saudável gera mais oportunidades de empregos formais. Interessantemente, durante a pandemia, a informalidade entre trabalhadores com menor escolaridade diminuiu, possivelmente devido à perda de empregos informais ou à busca por alternativas formais e mais estáveis. Em contrapartida, a informalidade entre trabalhadores mais instruídos aumentou, possivelmente devido ao desajuste entre a oferta e a demanda por empregos formais adequados ao nível de qualificação desses trabalhadores.

As políticas públicas emergem como um fator crucial na mitigação dos efeitos negativos da informalidade. É imperativo que governos e instituições desenvolvam e implementem políticas que promovam a formalização do trabalho, incentivem o empreendedorismo formal e melhorem a qualificação da força de trabalho. Programas de inclusão social e econômica, aliados a uma educação de qualidade, são fundamentais para a criação de um ambiente que favoreça a transição da informalidade para a formalidade.

Ademais, a modernização das relações de trabalho e a adaptação às novas formas de economia digital apresentam oportunidades para a integração de trabalhadores informais em modelos mais sustentáveis e protegidos. A promoção de um ambiente de negócios que seja inclusivo e facilitador para pequenas e médias empresas também pode contribuir significativamente para a redução da informalidade.

Referências

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: mar 2024.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. EDUCA JOVENS: Censo 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/>. Acesso em: mar 2024.

_____ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012-2020. Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil. Rio de Janeiro, IBGE.

Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (Novo CAGED) Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged?view=default>. Acesso em: abr 2024.

FIRJAN – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Quanto custa abrir uma empresa no Brasil. Estudos para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 6, jun. 2010.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DEL TRABAJO. Organización Internacional do Trabajo - OIT. Memoria del Director General. El dilema del sector no estructurado. Ginebra: OIT, 1991.

SEBRAE – SRVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Empreendedorismo Informal no Brasil 2021. Disponível em: file:///C:/Users/Giulianna/OneDrive%20-%20AYESA/Documentos/OUTROS/14%20-%20TCC/Empreendedorismo-Informal-no-Brasil_2021_FINAL.pdf. Acesso em: mar 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE – Vigilância Epidemiológica 2017 e Estimativa de Consumo de Cigarros Ilícitos no Brasil. Disponível em: https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/vigilante_2017_e_estimativa_de_consumo_de_cigarros_ilicitos_no_brasil.pdf. Acesso em mar 2024.

FGV Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/pesquisa-do-fgv-ibre-que-aponta-queda-maior-de-renda-entre-os>. Acesso em: jun 2024.

FGV Fundação Getúlio Vargas. Impacts da educação no mercado de trabalho. Disponível em: https://ibre.fgv.br/sites/ibre.fgv.br/files/arquivos/u65/educacao_e_mercado_de_trabalho_03012022_-_final.pdf. Acesso em: jun 2024.

Estado de Minas. Brasileiro mais escolarizado vê renda desabar e cai na informalidade. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2023/09/04/internas_economia,1556463/brasil-mais-escolarizado-ve-renda-desabar-e-cai-na-informalidade.shtml. Acesso em jun 2024. Acesso em: jun 2024.